

INTERCONEXÕES TURÍSTICAS: AS VISITAÇÕES NO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DE CALDAS NOVAS E O FLUXO TURÍSTICO NAS ÁREAS CIRCUNVIZINHAS

Ailson da Silva Fernandes¹
Amanda Sueli Madeira Pereira²
Marcos Roberto Pisarski Junior³

Resumo: Este artigo analisa a evolução das visitas no Parque Estadual da Serra de Caldas Novas entre 2017-2022, levando em consideração a sazonalidade do turismo e os impactos da preservação ambiental. O método utilizado foi a coleta de dados junto à gestão do parque e a análise das fontes legislativas pertencentes. Durante o período analisado, observou-se um crescimento anual no número de visitantes, porém, os números anuais ainda não correspondem às estimativas anuais de turismo na região. Os dados das visitas foram extremamente impactados pela pandemia. Houve uma queda acentuada em 2020, em 2021 observou-se uma recuperação parcial e, em 2022, novamente se registrou um crescimento expressivo. A análise da sazonalidade indica uma concentração de visitantes principalmente durante as férias escolares e na estação mais amena. A pesquisa também aborda a relação entre a conservação ambiental, pressão hoteleira e conflitos territoriais na região. Os resultados alcançados, diante do princípio da retributividade da taxa de visitação, a isenção da entrada no Parque acarreta em alguns pressupostos negativos. Entre eles, destacam-se o desafio à sustentabilidade financeira, a subvalorização dos recursos naturais e a dificuldade na cobertura dos custos operacionais. Esses fatores contribuem para a falta de estímulo à conservação.

Palavras-chave: Ecoturismo; Turismo Termal; Desenvolvimento Econômico.

INTRODUÇÃO

No Brasil hodierno, o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado é um princípio contínuo e essencial para a humanidade. Por essa razão, esse conceito é consagrado constitucionalmente, conforme o artigo 225º da Constituição Federal, e é organizado pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, criado em 2000 e estabelecido pela Lei n. 9.985. Suas diretrizes compõe o termo Unidades de Conservação – UC, as quais são caracterizadas pela

conservação da natureza: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral; (Art. 2º, II).

¹ Mestrando em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins. Economista e Pesquisador CNPq. Email: profailsonfernandes@gmail.com

² Mestranda em Ciências Sociais e Humanidades pela Universidade Estadual de Goiás. Tecnóloga em Hotelaria e Pesquisadora CNPq; Email: amandamadeirap@gmail.com

³ Professor do Departamento de Turismo da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO/PR); Doutorando em Desarrollo, Sustentabilidad y el Turismo da Universidad de Guadalajara (UdeG/MEX); Pesquisador-Bolsista CLACSO-CONACYT; Email: marcos.pisarski@gmail.com

No contexto socioeconômico, o turismo, quando planejado de forma sustentável, promove não somente o desenvolvimento regional, mas também estabelece uma defesa contra a depreciação do patrimônio biodiverso, cultural e ambiental, ao sensibilizar mutuamente a comunidade local para a conservação dos recursos naturais. Em teoria, o dinamismo da atividade turística no futuro, quando ordenada, transforma-se em uma matriz tríplice, pautada nos viés econômicos, ecológicos e culturais.

No âmbito dos condicionantes do turismo e da sustentabilidade, o debate acerca da conservação ambiental sobressai como um ponto inflexão significativo ao analisar o Parque Estadual de Caldas Novas – PESCaN e sua natureza eco-sustentável, que agrega valor aos municípios limítrofes às suas divisas. Desta forma, compreender a dinâmica delineada na concessão de acesso a visitantes no Parque, aliada ao interesse na promoção da conservação ambiental e nos retornos ecossistêmicos que a UC proporciona à região, torna-se peça chave na formulação de políticas públicas e no planejamento urbano.

Historicamente, a série histórica das visitas em unidades de conservação tem se mantido uniforme e elevada, sendo esse comportamento uma variável importante quando se discute novos métodos de produção e de apoio aos preceitos de combate à desigualdade regional. De acordo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio (2023), o total de visitas em Ucs federais no Brasil foi de 23.714.592 distribuídas em 336 áreas ambientais, das quais apenas 46% são monitoradas. No entanto, apenas 0,36% dessas visitas estão localizadas em Goiás.

A sazonalidade turística no mundo, em especial, em países periféricos como o Brasil, é sensível a variados fatores, que incluem: inflação, taxa de juros, fatores climáticos, crises econômicas, sociais ou outros fatores atípicos que impacto significativamente no setor (WTTC, 2024). O último choque, foi a Pandemia oriunda da China e a falta de defesa da Covid-19 que assolou o mundo em 2020. Conforme abordado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (2020) as medidas de contenção ao contágio da doença, em especial, as políticas de isolamento social afetou frontalmente a dinâmica do turismo no Brasil, o que em 2019 representava 3,71% do PIB no Brasil, foi marcado por uma perda de R\$ 116,7 bilhões, além de reflexos negativos para os 2 milhões postos de empregos gerados pelo segmento.

O Parque Estadual da Serra de Caldas Novas – PESCaN está localizado em uma região goiana de destaque internacional, conhecida principalmente como o maior destino turístico termal do Brasil. Esta área é uma das últimas remanescentes do Cerrado e seu

valor econômico é estimado pela recarga dos aquíferos locais. Vale ressaltar que o Parque foi a primeira UC estadual, criada pela Lei n. 7.282 em 1970, e devido à sua relevância natural, foi aberta à visitação em 1999.

A questão central deste estudo é justificada pelas incertezas relacionadas à variação das visitas ao longo do tempo no PESCaN. Isso não se limita apenas ao conceito de sustentabilidade, mas conjuntamente correlacionado aos aspectos econômicos e sociais presente no Parque e nas áreas adjacentes. Portanto, compreender esse crescimento no turismo é essencial para direcionar de forma eficiente as estratégias de gestão e divulgação do ecoturismo regional.

Nesse contexto, surge o questionamento: Qual foi a evolução do número de visitas ao PESCaN e na zona urbana do Parque no período de 2017 a 2022, com ponderação não apenas pela variação sazonal do turismo, mas também em função das ações de preservação ambiental? Essa resposta é fundamental para orientar estratégias de gestão e fomentar o turismo sustentável em áreas de preservação ambiental.

A hipótese do estudo determina que os parques ambientais contribuem para o desenvolvimento econômico sustentável, e assim, promovem, não somente recursos financeiros, mas também a conscientização ambiental (Fernandes *et al.*, 2023). Desta maneira, o estudo teve como objetivos, realizar um levantamento do conceito de sustentabilidade e dos parques ambientais, aplicados ao PESCaN, além disso, também foi analisado os resultados referente as visitas no Parque e uma comparação com a expressividade turística anual na região limítrofe ao PESCaN.

Este artigo está dividido em uma revisão literária, composta pela explanação sobre o conceito de Unidades de Conservação e as informações sobre a criação do Parque estudado, além da exposição dos conflitos territoriais existentes. Em sequência é apresentado os materiais e métodos do estudo, desde as delineações qualitativas quanto a metodologia de análise dos resultados alcançados. Na terceira parte apresenta os resultados e discussões, cujos objetivos são atendidos demonstrando as fragilidades do turismo no Parque e deteriorização do Parque diante da sazonalidade turística e recursos de manutenção do PESCaN. Seguidos as considerações finais alcançadas e referências bibliográficas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Conforme estabelecido pelo Ministério do Meio Ambiente (2023) o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC considera o espaço territorial e sua biodiversidade como Unidade de Conservação, quando legalmente instituída pelo Estado, com a finalidade de conservação e de plano de manejo, construída pelo poder público como uma garantia adequada protetiva para o meio ambiente no Brasil.

Estudos anteriores, estabelece as Unidades de Conservação – UC como um conceito perpetuo de proteção da fauna, flora e outros ativos naturais (Une; Louro, 1993), além disso, o Ibama (1999) demonstra que a UC promove a garantia da manutenção do estoque da biodiversidade. Por outro lado, Esteves (2007) relata que a conservação ambiental é um direito legitimado pela Constituição Federal de 1988, definido à União, aos estados e municípios o dever de resguardo das belezas naturais e os monumentos de valor histórico e/ou natural.

É consenso que a conservação é um método seguro e necessário, promovido como uma válvula de escape devido à incapacidade de reprodução artificial os ambientes naturais. Segundo abordado por Lima (2010), a preservação das características intrínsecas da biodiversidade, esquematiza uma comercialização moderada e controlada dos ativos ambientais por meios de produção alternativos, tais como: turismo, cultura e recreação.

A preservação da biodiversidade é indubitável, desta maneira, as Unidades de Conservação (UC) ou Áreas de Proteção Ambiental (APA) são meios de resguardo e controle ambiental, cujo papel principal é classificado por duas categorias: uso sustentável/direto e proteção integral/uso indireto. Enquanto as primeiras permitem a utilização sustentável dos recursos naturais pelo homem, as últimas restringem a exploração e o consumo desses recursos para preservação ecossistêmica ambiental livre de intervenções humanas (Brasil, 2023).

Conforme aborda Bahia (2012) as UCs de uso público, assim como as de uso sustentável, promove em suas mediações, o turismo, educação ambiental e práticas recreativas, logo

[...] pode se dar de várias formas e engloba toda atividade que pode ser desenvolvida na UC, dependendo, obviamente, de sua categoria e zoneamento. Pode ser turismo, visitas educativas, educação ambiental, pesquisa, entre outras. Os visitantes podem ir em grupo, ou sozinhos; podem ser de países diferentes ou de uma escola próxima; podem ser idosos ou jovens; podem ter ou não dificuldades de se locomover, escutar ou ver, e assim por diante. O ideal da visitação, de uma

forma geral, é que ela seja aberta a todos, independentemente dos seus desafios e habilidades (Nelson, 2012, p. 216).

O crescimento dos municípios em Goiás, ao longo do tempo, principalmente os centros urbanos, promovido pelo crescimento vegetativo populacional em dupla relação, reestabelece os conflitos territoriais do turismo e da cadeia hoteleira, sendo reforçado pela motivação do turista em almejar um contato maior com ambientes naturais ou mais próximos da natureza.

Diante do impacto do turismo na economia regional, a visão predominante dessa cooperação é marcada pela valoração econômica, especialmente quando auferida sofre a força desse segmento na geração de emprego e renda. Todavia, esta característica básica não retrata fielmente o traço multifacetado do turismo na sociedade, pois, além dos fatores econômicos, o turismo também abarca retornos sociais e ambientais, variantes positivamente ou não. Assim o,

turismo é, de um lado, conjunto de turistas; do outro, os fenômenos e as relações que esta massa produz em consequência de suas viagens. Turismo é todo o equipamento receptivo de hotéis, agências de viagens, transportes, espetáculos, guias-intérpretes que o núcleo deve habilitar, para atender às correntes (...). Turismo é o conjunto das organizações privadas ou públicas que surgem, para fomentar a infra-estrutura e a expansão do núcleo, as campanhas de propaganda (...). Também, são os efeitos negativos ou positivos que se produzem nas populações receptoras (Barreto, 1995 p.11).

A nível microeconômico, a Região das Águas Termais, compreende as cidades de Caldas Novas de Goiás, Rio Quente e Marzagão, cuja relação tríplice contemplam a primeira UC de Goiás, caracterizada por uma intrínseca beleza cênica e de elevado valor hidrogeológico. Denominada como o Parque Estadual da Serra de Caldas – PESCaN é o ponto geográfico de recarga dos aquíferos termais na região (Campos, 2014).

Conforme Campos e Almeida (2012) as reservas hídricas do PESCaN indicam a principal sub-bacia geológica com um volume estimado em 45 milhões de metros cúbicos para o Aquífero Araxá, e de 180 milhões de metros cúbicos aproximadamente no Aquífero Paranoá. Nesse sentido, as zonas de recargas das águas quentes, importantes para o desenvolvimento econômico da região é estabelecida pelo seguinte processo:

as águas frias são associadas às zonas fraturadas com recarga direta pela infiltração de águas meteóricas a partir do sistema intergranular e relacionados às duas primeiras centenas de metros dos xistos do Grupo Araxá. O Sistema Aquífero Araxá Termal tem sua recarga por fluxo ascendente a partir das águas aquecidas do Aquífero Paranoá termal sotoposto, e está relacionada com as zonas fraturadas mais profundas, entre 200 e 500 metros, próximo ao contato com o Grupo Paranoá. As águas termais do Aquífero Paranoá confinado, ao encontrar fratura nos xistos,

sobem e misturam-se as águas do Aquífero Araxá, elevando a temperatura das mesmas. Os poços termais apresentam temperaturas entre 35°C e 49°C (Almeida, 2012 p. 23-24).

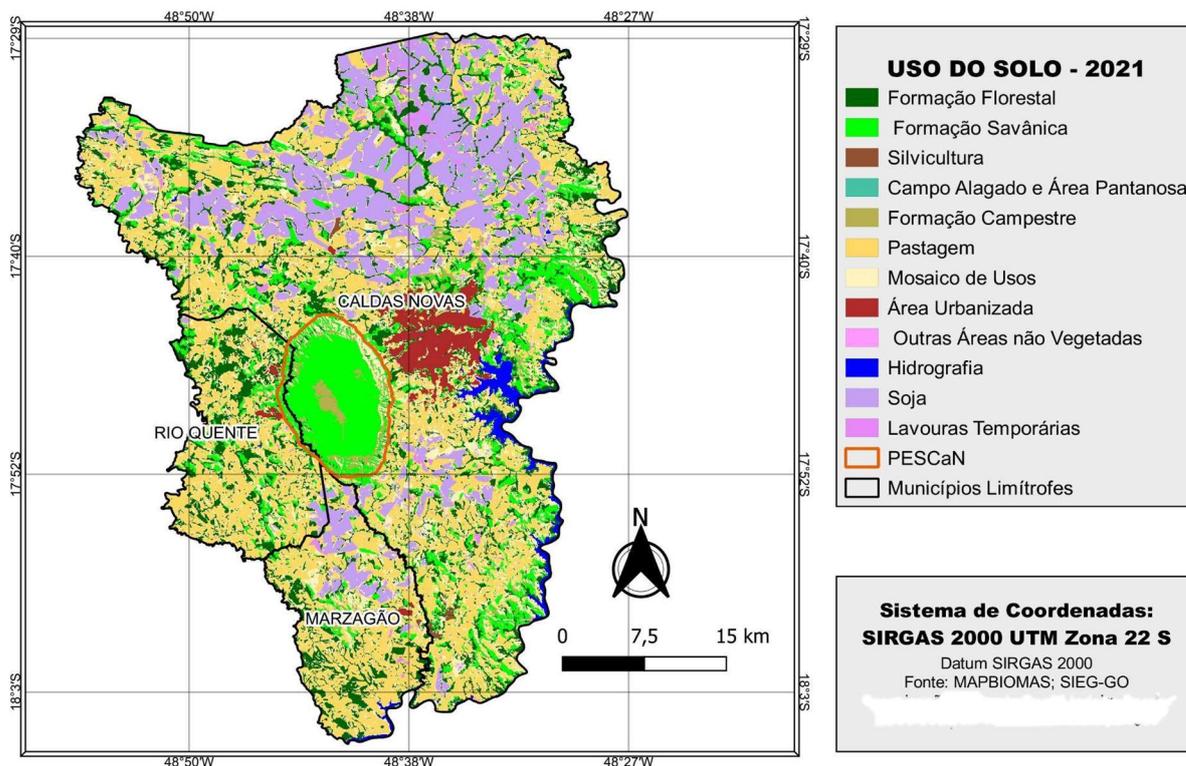
Sob uma ótica socioeconômica, o crescimento elevado e consistente dessa região, fez-se necessário a promoção de atividade de cunho sustentável como forma de abrandar a intervenção humana no Parque, justificado pelo sentido do,

desenvolvimento sustentável é uma estratégia de desenvolvimento que administra todos os ativos, os recursos naturais e os recursos humanos assim como os ativos financeiros e físicos de forma compatível com o crescimento da riqueza e do bem-estar em longo prazo. O desenvolvimento sustentável, como um ideal, rejeita políticas e práticas que dêem suporte aos padrões de vida correntes à custa da deterioração da base produtiva, inclusive a de recursos naturais, e que diminuam as possibilidades de sobrevivência das gerações futuras (Repetto, 1986 apud Maroueli, 2003, p. 2).

A proposta da criação do Parque foi para preservar as nascentes das águas termais dos municípios de Caldas Novas e Rio Quente, no estado de Goiás, região centro-oeste. Não há Decreto para a delimitação da área, mas foram especificadas, com base na Lei de criação, como 12.315,36 hectares. O Parque está localizado no Sudeste Goiano, distante somente 5 km do centro de Caldas Novas e a 174 km de Goiânia (Semad, 2023).

Observa-se, na Figura 1, a presença dos municípios limítrofes do Parque: Caldas Novas, Rio Quente e Marzagão, com participações percentuais de 97,78%, 2,34% e 0,08%, respectivamente. Com base no uso do solo em 2021, torna-se evidente o principal fator de conflito em relação à conservação da biodiversidade do PESCaN, destacando-se a agropecuária e a urbanização, devido à ocupação desenfreada e intensa nas proximidades da Serra de Caldas. Em Caldas Novas, nota-se que a expansão urbana é o principal fator negativo que ameaça a UC, devido ao histórico de queimadas antrópicas, construção de infraestruturas sem considerar as diretrizes ambientais e a presença da atividade bovina nas redondezas do Parque (Paulino, 2015).

Figura 1. Localização do Parque Estadual da Serra de Caldas Novas: Dinâmica de Uso de Solo da Região Limítrofes em 2021



Fonte: Elaboração Própria, 2023.

De acordo com Mendes (2007), a formação geológica da Serra de Caldas já sofreu intervenções, como invasão do topo por fazendeiros, extração ilegal de plantas medicinais para comercialização aos turistas, tentativas de mineração de manganês na borda sul da Serra e construção de uma pista de pouso no topo. Atualmente cercada, existe uma portaria para o controle de visitantes, porém, devido ao tamanho do perímetro do PESCaN e ao reduzido número de servidores públicos encarregados de garantir a conservação do Parque, o monitoramento e a fiscalização das visitas apresentam pouca eficácia (Paulino, 2015).

Conforme evidenciado na Figura 3, a serra de Caldas constitui uma elevação com um cume aplainado que forma uma chapada com formato elipsoidal, cujos eixos medem 15 e 9 km (Semad, 2021). Pela imagem de satélite da área ambiental os limites do PESCaN, Percebe-se uma pressão urbana localizada na parte superior a direita da imagem relacionado ao crescimento da cidade de Caldas Novas em função do turismo, além dos mosaicos agropecuários presentes em todos os lados da UC.

Diante do indutor turístico de natureza hidrotermal proporcionado pelo PESCaN, o qual exerce influência marcante em termos de sustentação da economia local, emergiu

também um aumento significativo de atratividade para o setor privado. Isso resultou em uma notável expansão da capacidade de acolhimento de visitantes na região, padronizado em crescimento concêntrico na área urbana. Essa dinâmica, determina a região da Serra de Caldas Novas como um dos mais proeminentes polos hoteleiros do Brasil (Lopes, 2003).

METODOLOGIA

Esta pesquisa é caracterizada como uma pesquisa qualitativa baseada em dados secundários documentais. A metodologia foi constituída *a priori*, por meio de uma pesquisa bibliográfica, cuja busca foi realizada eletronicamente em portais especializados, como Capes, SciELO, Instituto Mauro Borges – IMB e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A seleção dos artigos na revisão de literatura foi estabelecida por meio de palavras-chave específicas, sendo "Unidades de Conservação", "PESCaN", "Turismo" e os nomes dos municípios limítrofes ao objeto da pesquisa.

Para responder os objetivos do estudo, realizou-se uma coleta de dados na instituição pública responsável pela gestão do PESCaN, além da consulta nos endereços eletrônicos que hospedam a legislação pertinente.

O período de análise compreendeu os anos de 2017 a 2022, além disso, os dados alcançados marcaram-se pela identificação das variações sazonais no fluxo de visitantes, cuja análise foi dada pelo meio descritivo. Assim, a interpretação das variações sazonais no fluxo de visitantes no Parque e nas áreas adjacentes foi dada, primeiramente, pela análise os dados relativos à gestão ambiental da área de estudo no período estudado em comparação ao total de visitantes na cidade para medir o grau de conscientização ambiental e a força opressora da cadeia hoteleira polarizada em torno do Parque.

Essa análise permitiu a visualização de tendências, mudanças e padrões ao longo do tempo, bem como a identificação das frequências de maior e menor atividade turística. Isso permitiu entender melhor a dinâmica das visitas ao ativo ambiental.

Em relação às visitas e aos recursos financeiros da área estudada, principalmente provenientes da taxa de entrada, as informações foram obtidas por meio de entrevista direta realizada em dezembro de 2023 com a gestão do parque. O tratamento e a análise dos dados obtidos foram apresentados de forma descritiva, com o uso de tabelas para exposição e explicação dos dados coletados, os quais foram posteriormente correlacionados com a teoria.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Historicamente, assim como em outros estados, especialmente aqueles com uma forte reprimarização de sua economia, o meio ambiente tem sido relegado a um conceito secundário. No entanto, o arquétipo da sustentabilidade aponta para a carência de instrumentos para mitigar os reflexos da degradação da biodiversidade resultante da ação humana. Dessa forma, essa abordagem ressalta a necessidade sociocultural de buscar o equilíbrio entre a dinâmica econômica e a conservação ambiental (Fernandes, Castro, 2020).

No Goiás hodierno, existe a necessidade iminente de difundir o conhecimento conceitual acerca da biodiversidade em contextos mais abrangentes. Para Binswanger (2002), compreende-se que a sustentabilidade somente é alcançada quando patrimônio ambiental estruturar como alicerce primário da economia contemporânea, estimando-o como um elemento vital para a preservação da vida presente e futura.

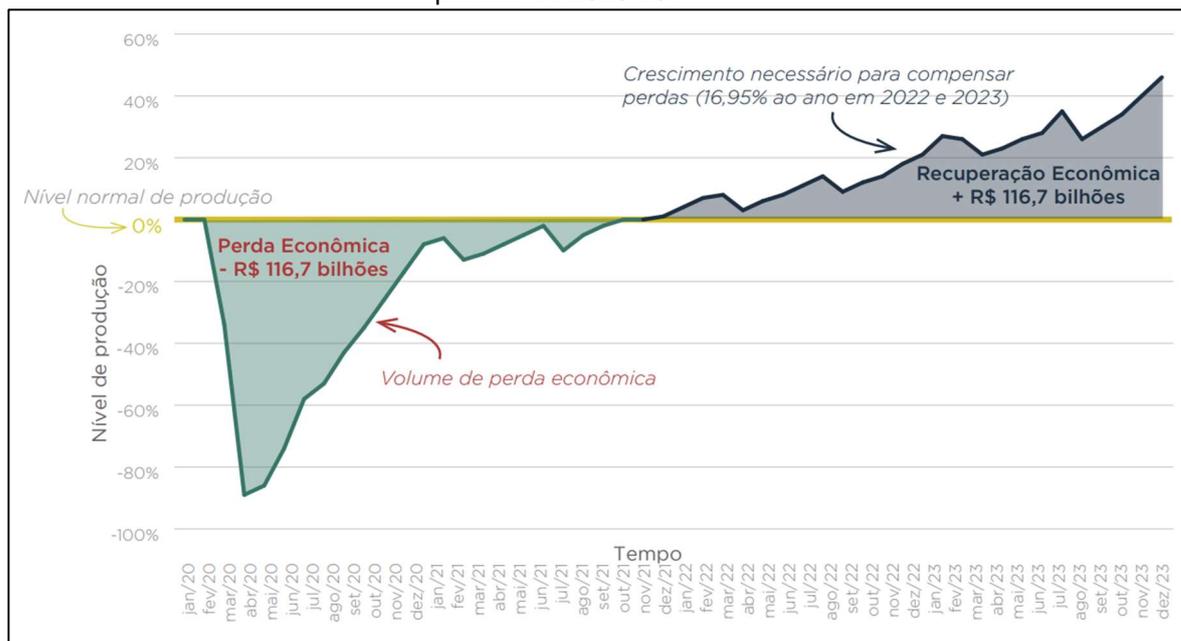
Conforme Fernandes *et al.* (2023), as unidades de conservação promovem a geração de emprego e renda, o que promove o avanço da infraestrutura nas regiões limítrofes a essas reservas da biodiversidade. Além disso, elas possuem um papel essencial na promoção da conservação e proteção do patrimônio natural, que é constantemente ameaçado pelas ações humanas, tais como desmatamento, queimadas e especulações imobiliárias, entre outras.

De acordo com Oliveira e Santos (2014), a alocação de recursos públicos em infraestrutura para promoção da cadeia agroindustrial em Goiás não apenas expandiu a capacidade de produção e fortaleceu o setor primário da economia goiana, mas também influenciou o desenvolvimento do turismo, especialmente na região adjacente ao PESCaN, em particular Caldas Novas e Rio Quente, tornando-se um multiplicador econômico altamente lucrativo para a geração de emprego e renda local.

Além das vantagens comparativas da região limítrofe ao Parque, foram instituídas políticas de incentivo direcionadas na exploração de fontes termais para estimular o crescimento do turismo interno. A partir da década de 1970, visualiza-se um notável crescimento dessas políticas, que estabeleceu a posição de Caldas Novas com polo nacional e internacional do turismo termal, o que resultou em um rápido crescimento demográfico, alimentado não apenas por benefícios fiscais concedidos pelo estado, mas também pelo investimento em infraestrutura de receptivos (Oliveira, 2003).

De fato, o turismo desempenha um papel essencial como impulsionador econômico, embora também introduza uma dependência socioeconômica crítica. Essa sensibilidade é influenciada pela elasticidade financeira diante de fatores internos e externos à atividade econômica da região, tais como mudanças climáticas, políticas públicas e inflação. Um exemplo recente é a crise pandêmica que afetou o Brasil a partir de 2020.

Figura 2. Cenário de Impacto Econômico do Covid-19 nas Atividades Características do Turismo no período de 2020-23.



Fonte: FGV, 2019.

Na Figura 2, observa-se a significativa perda econômica do segmento turístico no Brasil. Esse volume expressivo demonstra a fragilidade existente no mercado, especialmente influenciada pela percepção do turista. Desta maneira, o turismo ainda está em processo de retomada compensatória. Nesse contexto, percebe-se claramente os impactos da Covid-19 na região termal estudada.

Segundo Dias (2003), o PESCaN representa um valioso recurso ambiental na região, além das águas termais. Suas divisas englobam uma rica diversidade de fauna, flora e cachoeiras, o que contribui para a valoração econômica do Parque. No entanto, apesar de esses atrativos ambientais contribuírem para fomentar o turismo em massa, a distribuição espacial dos visitantes concentra-se nas zonas urbanas turísticas. Analogamente, a Unidade de Conservação, durante os momentos de lazer, conhecimento e experiências diretas, não recebe a devida difusão e conscientização de aspectos ambientais e ecológicos.

Tabela 1. Comparativo do Acesso ao PESCaN no Período de 2017 a 2022

	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Visitas	31 414	30 529	21 713	16 077	25 612	39 662
Bilheteria	76 475,00	107 015,00	164 587,00	Isenta	Isenta	Isenta

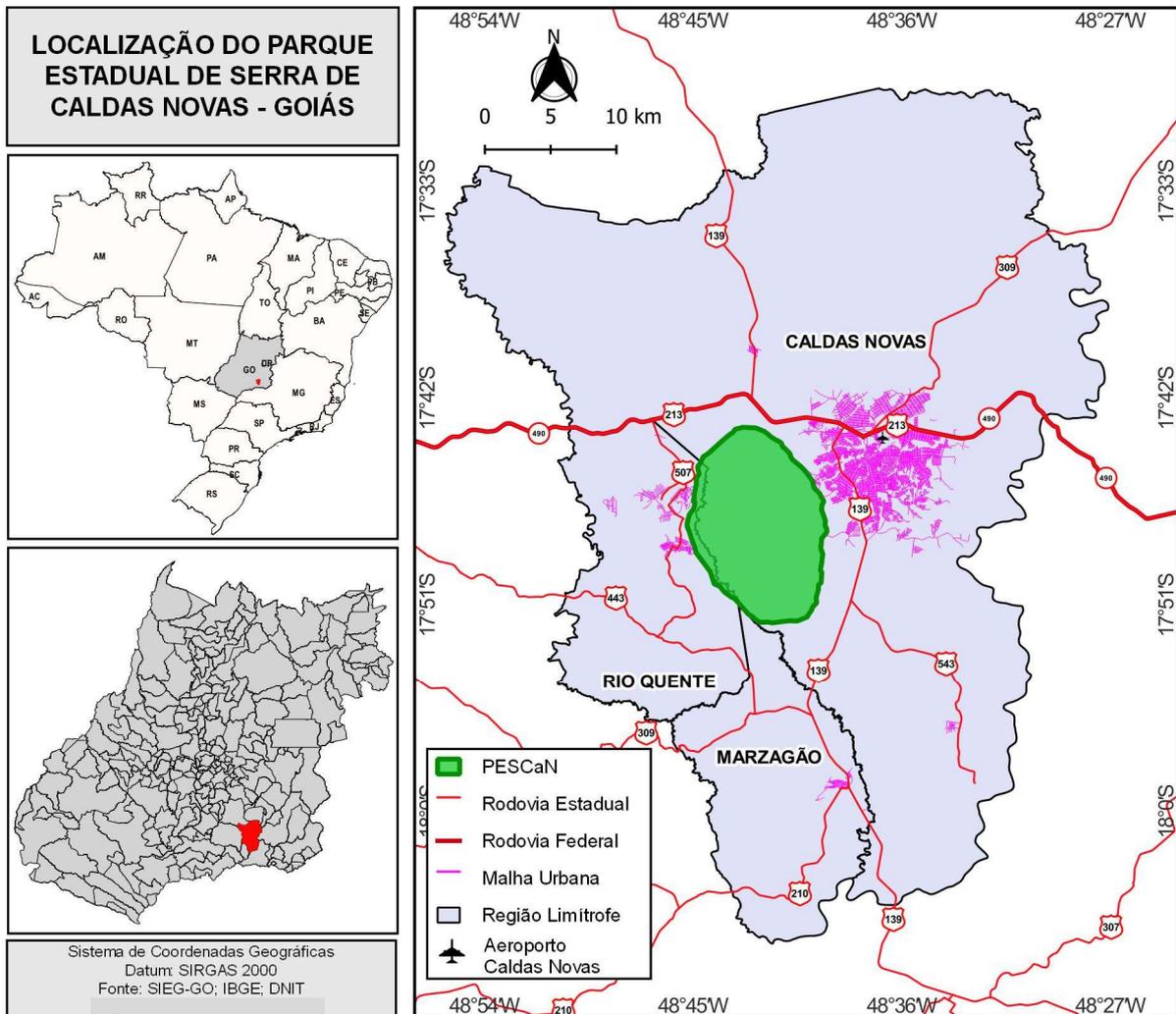
Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da gestão PESCaN, 2023.

Observa-se, na Tabela 1, que durante o período amostrado, o Parque recebeu 165.007 visitantes, com uma média anual de receita na portaria de R\$ 116.025,67. No entanto, devido à pandemia e às políticas de isolamento social, o PESCaN enfrentou restrições turísticas, conforme relatado pela gestão (2023), incluindo o bloqueio de acesso entre abril e julho de 2020, com eventos semelhantes ocorrendo no segundo bimestre e no mês de junho de 2021. Atualmente, a cobrança de entrada no Parque foi suspensa desde março de 2020. Dessa forma, considerando a média ponderada anterior das receitas provenientes das visitas, o Parque registrou uma perda de R\$ 348.077,00 no período de 2020 a 2022.

Destarte, o PESCaN possui duas entradas de acesso para a UC, a principal localiza-se no município de Caldas Novas, enquanto uma entrada secundária encontra-se na área da Pousada do Rio Quente, ambas com acesso controlado.

Na Figura 3, é possível visualizar os modais de acesso que interligam as áreas adjacentes ao Parque. Essas vias abrangem uma extensão que se estende desde o Aeroporto de Caldas Novas até as rodovias federais e estaduais, em uma perspectiva norte-sul. Percebe-se uma urbanização significativa, composta por clubes de veraneio e loteamentos de variados níveis de renda, conforme retratado por Junior (2007) como especulação imobiliária. Além disso, essa especulação imobiliária se intensifica com a proximidade da massa urbana nos arredores da zona de amortecimento do Parque, o que estimula conflitos adicionais. De forma geral, isso ocorre porque a expansão urbana causa efeitos adversos sobre o ambiente natural da UC, os quais são agravados pelas pressões provenientes de propriedades rurais nas imediações do domo da Serra de Caldas Novas.

Figura 3. Rede de Transporte na Região do PESCaN: Principais Modais



Fonte: Elaboração Própria, 2024

As práticas de sustentabilidade desenvolvidas pelo PESCaN estão primordialmente vinculadas à cadeia hoteleira regional, devido à sua dependência na geração de emprego e renda para o setor. No entanto, em contrapartida, essas práticas podem sobrepor-se à conservação do Parque. Atualmente, a Serra de Caldas já sofreu os efeitos do crescimento das cidades e da falta de políticas ambientais eficazes. É evidente que desde a sua criação, o Parque perdeu uma grande parte de sua zona de amortecimento, que é responsável pela produção de águas termais.

Em teoria, o turismo impacta na dinâmica territorial, alterando os padrões de vivência da população local, os costumes regionais, entre outros. Assim, torna-se necessário realizar estudos sobre as mudanças que essa atividade econômica acarreta, de modo que seja

possível planejar, organizar e controlar o turismo, a fim de mitigar os impactos negativos do fluxo de turistas na conservação ambiental (Sarti; Queiroz, 2012).

Estimaram-se o total de 12.972.578 pessoas por ano no cluster termal urbano, somatório oriundo da estimativa do Censo Hoteleiro a 54,7% da capacidade de Caldas Novas e do número de passageiros no aeroporto da cidade (137.557 passageiros) no ano de 2019, excluindo a quebra-estrutural da Pandemia. Em Rio Quente o total no mesmo ano foi de 3.438.960 visitantes estimados (Cf. Goiás Turismo, 2022).

Ao analisar os dados da Tabela 2, percebe-se a significativa variação mensal do número de visitantes no PESCaN no período de 2017 a 2022. De maneira geral, os dados refletem um crescimento anual de 26% nas visitas até 2022, em comparação com o ano de referência, 2017. Contudo, apesar desse aumento, a quantidade de visitantes ainda permanece em níveis inferiores em relação à estimativa anual de turismo termal na região. Além disso, destaca-se um padrão de visitas mais acentuado durante os períodos anuais de férias, abrangendo os meses de dezembro a fevereiro e julho.

Tabela 2. Sazonalidade De Visitantes No Pescan No Período De 2017-22

Período	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Jan	4 231	4 399	4 249	3 799	8 681	3 873
Fev	3 335	3 105	1 079	1 900	3 780	2 521
Mar	2 282	3 024	1 646	1 276	0	5 132
Abr	2 439	2 780	1 691	0	0	5 511
Mai	1 315	2 149	1 545	0	770	2 232
Jun	1 802	2 132	2 647	0	0	1 938
Jul	3 424	3 640	2 370	0	2 806	6 140
Ago	7 763	Sem dados	1 569	692	1 432	1 595
Set	675	2 864	357	1 079	1 334	1 432
Out	886	1 120	665	1 006	1 715	2 093
Nov	948	1 352	729	1 763	1 827	2 018
Dez	2 314	3 864	3 169	4 472	3 267	5 140

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da gestão PESCaN, 2023.

Com base na análise da tabela 2, também é possível identificar um padrão sazonal nas visitas ao longo dos meses. Em 2017, houve um outlier de 7 mil visitantes observado em agosto, seguido de uma tendência de declínio nos anos subsequentes. No entanto, em 2019, ocorreu um ponto de inflexão evidenciado por uma diminuição no total das visitas ao Parque, que marcou a primeira vez que as visitas registraram um decréscimo em relação ao ano anterior. A pandemia desempenhou um papel significativo na queda acentuada em 2020, devido ao isolamento social ocorrido de abril a julho. Em 2021, apesar dos efeitos residuais da pandemia e dos períodos de fechamento, as visitas superaram as de 2020. No

ano de 2022, as visitas ultrapassaram os últimos seis anos, destacando-se dezembro e julho como os meses mais movimentados da história recente do parque.

De acordo com informações fornecidas pela administração do Parque (2023), o aumento subsequente no número de visitantes é atribuído à isenção de taxas de entrada no local em março de 2020. Além disso, observa-se um maior fluxo de visitas durante os meses de férias escolares e durante a estação mais amena, como indicam os resultados da tabela 2.

IMPLICAÇÕES PRÁTICAS E/OU TEÓRICAS

Diante dos resultados obtidos ao longo desta pesquisa acerca do Parque Estadual da Serra de Caldas Novas (PESCaN), à luz conceitual de sustentabilidade, como delineado por Oliveira e Santos (2014), torna-se evidente que a interação entre as políticas públicas e as ações governamentais desempenha um papel fundamental na configuração das dimensões econômicas e sociais.

Numa abordagem holística que abarque tanto os benefícios econômicos imediatos quanto os impactos ambientais a longo prazo, as políticas públicas desempenham um papel essencial no estímulo ao desenvolvimento econômico e na criação e melhoria das condições favoráveis para o turismo regional. Como observado nos dados da pesquisa, a alocação de recursos para a infraestrutura (contexto histórico) e a isenção de taxas de entrada (medida da gestão para fomentar as visitas), exercem influência direta sobre o fluxo de visitantes.

Assim sendo, este ensaio teórico destaca a relevância de priorizar a conservação ambiental como um pilar central da economia a longo prazo. Nesse contexto, o turismo surge como uma panaceia catalizadora do desenvolvimento econômico que não deve ser subestimada, devido à sua capacidade de gerar empregos, renda e promover o avanço da infraestrutura nas áreas adjacentes. Estes fatores não somente impulsionam a economia regional, mas também estabelecem um arcabouço essencial para a proteção do patrimônio ambiental, a exemplo do PESCaN, inserido num cenário constante de ameaça humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que tange à análise da visita no PESCaN ao longo dos anos pesquisados, observam-se padrões interessantes de sazonalidade e variação. Conforme os dados

obtidos pela gestão do Parque, os anos de 2020 e 2021 evidenciaram uma acentuada queda na média total de visitas, espelho das restrições impostas pela crise sanitária. Entretanto, o ano de 2022 registrou uma recuperação significativa, atribuível ao término da pandemia e às políticas de acesso ao parque. Este resultado positivo atesta a resiliência do setor do turismo, mesmo diante de desafios substanciais originados da dependência econômica e da elasticidade do turismo a choques endógenos e exógenos no setor.

O PESCaN não é unicamente um marco relevante para o turismo e a economia, mas também ilustra como os ativos ambientais frequentemente são relegados a segundo plano em face da expansão agropecuária e da cadeia hoteleira em Goiás. Logo, é crucial que futuras ações leve em consideração a complexidade dessas interações, a fim de garantir um desenvolvimento sustentável que promova tanto o bem-estar da população local quanto a conservação dos recursos ambientais.

De modo hodierno, a gestão do Parque relata que a carência de instrumentos de hospitalidade dentro do PESCaN impacta negativamente sobre o fluxo de turistas no local, exemplificou o caso dos banheiros e bebedores ao longo do Parque. Contudo, o desafio vai além, visto que a presença de um mercado hoteleiro imperfeito (oligopólio) na região das Águas Quente, aliada à depreciação da zona de amortecimento da Serra de Caldas Novas em decorrência da especulação imobiliária e do agronegócio, coloca o PESCaN sob risco ambiental, social e, sobretudo, econômico, com potenciais consequências irreversíveis.

Diante do princípio da retributividade da taxa de visitação, a isenção da entrada no Parque acarreta em alguns pressupostos negativos. Entre eles, destacam-se o desafio à sustentabilidade financeira, a subvalorização dos recursos naturais e a dificuldade na cobertura dos custos operacionais. Esses fatores contribuem para a falta de estímulo à conservação.

REFERÊNCIAS

ICMBIO, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Unidades de Conservação. Disponível em: <<https://www.icmbio.gov.br/portal>> Acesso em: 24 abr. de 2024.

WTTC, World Travel & Tourism Council. Disponível em: <<https://wttc.org/>> Acesso em: 10 abr. de 2024.

Associação Caldas Novas Convention & Visitors Bureau. A cidade. 2015. Disponível em: <<http://visitecaldasnovas.tur.br/conheca-caldas-novas/>>. Acesso em: 03 mai. de 2024.

BAHIA, M. C. Lazer - meio ambiente: em busca das atitudes vivenciadas nos esportes de aventura. 2005. Dissertação (Mestrado em Pedagogia do Movimento e Lazer). Núcleo de Corporeidade, Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba, SP, 2005.

BARRETTO, M. Manual de Iniciação ao estudo do turismo. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

BINSWANGER, H. C. Fazendo a Sustentabilidade Funcionar. In: CAVALCANTI, C. (Org). Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez Editora, 4. ed., 2002.

BRASIL. Lei no 7.282, de 25 de setembro de 1970. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7282.htm>. Acesso em: 03 mai. de 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC (lei n 9.985, de 18 de julho de 2000 e Decreto n 4.340, de 22 de agosto de 2022). Brasília, 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo brasileiro fatura R\$ 208 bilhões em 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/turismo-brasileiro-fatura-r-208-bilhoes-em-2022>>. Acesso em: 30 abr. de 2024.

BRASIL. Senado Federal. Parques nacionais protegem 3,1% da área do Brasil. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/02/parques-nacionais-protegem-3-1-da-area-do-brasil>>. Acesso em: 30 abr. de 2024.

CAMPOS, J. E. G.; ALMEIDA, L. de. Balanço térmico aplicado à recarga artificial dos aquíferos da região de Caldas Novas, estado de Goiás. Revista Brasileira de Geociências, [S.L.], v. 42, n. 1, p. 196-207, 2012.

ESTEVES, C. M. P. Evolução da criação dos parques nacionais no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

FERNANDES, A. da S.; CASTRO, J. D. B. Turismo e Desenvolvimento Socioespacial: O reflexo do ecoturismo na zona da chapada dos veadeiros e os impactos na economia municipal de Alto Paraíso de Goiás, Brasil. In: Simpósio de Gestão Ambiental e Biodiversidade, 9., 2020, Três Rios. Anais...SIGABI: UFRRJ. Disponível em: <<https://itr.ufrrj.br/sigabi/9o-anais-simposio-de-gestao-ambiental-e-biodiversidade-issn-2525-4928/>>. Acesso em: 03 mai. de 2024.

FERNANDES, A. da S.; CASTRO, J. D. B.; DE AMORIM, Álvaro J.; DE MELO, C. F.; DE SOUZA JUNIOR, J. D. Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros: Impactos na economia e sociedade de Alto Paraíso de Goiás e Nova Roma. Revista Foco, v. 16, n. 5, p. e1764, 2023.

GOIÁS. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Governo do Estado de Goiás. Parques Estaduais. Disponível em: <<https://www.meioambiente.go.gov.br/aceso-a-informacao/118-meio-ambiente/unidades-de-conservacao/1329-parques-estaduais.html>>. Acesso em: 30 abr. de 2023.

JUNIOR, C.C. S. Especulação imobiliária e loteamentos irregulares: um estudo de caso em Caldas Novas-GO. Revista Mirante, Pirenópolis - GO, v.1, n. 2, p. 1-18, 2007.

LOPES, L. M. Complexo termal de Caldas Novas: Roteiro de excursão, 2003.

MENDES, P.C.B. TURISMO E MEIO AMBIENTE NO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DE CALDAS NOVAS GO (PESCAN). 2007. 129 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Exatas e da Terra) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GOIÂNIA, 2007.

MOESCH, M. M.; REJOWSKI, M.; GASTAL, S. Domínio Material e Conceitual do Turismo. In: 2. Seminário Nacional dos Programas de pós-graduação em Turismo, 2005, Balneário Camboriú-SC. 2005. Balneário Camboriú: Anais...ANPTUR/UNIVALE, 2005. v. 01. p. 01-13.

NELSON, S. P. Uso Público nas Unidades de Conservação. In: CASES, M. O. (Org.). Gestão de Unidades de Conservação: Compartilhando uma experiência de capacitação. Realização: WWF/Ipê. Instituto de Pesquisas Ecológicas. Brasília, DF: WWF Brasil, 2012.

OLIVEIRA, H. A. de. – Caldas Novas: De Águas Santas ao Maior Complexo Turístico de Goiás. In: Almeida. M.G. (Org.) – Paradigmas do Turismo. Goiânia: Alternativa. 2003.

OLIVEIRA, H. A. de; SANTOS, M. A. Modernização, urbanização e Turismo em Caldas Novas-GO. In: OLIVERIA, H. A. de (Org.). Diferentes Olhares Sobre o Turismo na Região da Águas Quente de Goiás. Goiânia: Kelps, 2014. Cap. 1. p. 11-25.

PAULINO, Bruno Gonçalves. Análise temporal da ocorrência de incêndios florestais no parque Estadual da Serra de Caldas Novas (PESCaN), Goiás. 2015. 127 f. Dissertação (Mestrado em Recursos Naturais do Cerrado) - Câmpus Central - Sede: Anápolis - CET, Universidade Estadual de Goiás, Anápolis.

ROSS, J. L. S. Análise Empírica da Fragilidade dos Ambientes Naturais e Antropizados. Revista do Departamento de Geografia, n. 8, São Paulo: FFLCH/USP, 1994.

SARTI, A. C.; QUEIROZ, O. T. M. M. Espaço, paisagem, lugar, território e região - A organização do espaço turístico. Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão-desenvolvimento regional, rede de produção e cluster. Barueri: Manole, p. 3-27, 2012.

SEMAD. Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra de Caldas Novas. Goiânia - GO: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Goiás (Semad), 96p. 2021.

SILVA, A.; TOSCHI, M. Compreensões de meio ambiente e práticas ambientais dos visitantes do parque estadual Serra de Caldas Novas – PESCaN. Revista Élisée, v. 5, n. 1, p. 222-245, 25 mai. 2016.

SILVA, W. da; FORNASARI FILHO, N. Unidades de Conservação Ambiental e áreas correlatas no Estado de São Paulo. São Paulo: Revista IPT, 1992.

**“TURISMO NA NATUREZA
E BIODIVERSIDADE”**



**18ª edição | 2024
05 a 07 JUNHO**
Foz do Iguaçu • Paraná • Brasil

UNE, M. Y.; LOURO, Z. C. L. Áreas Especiais. In: Recursos Naturais e Meio Ambiente: Uma Visão do Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, p. 113-154, 1993.